



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

DESTAQUES DO MÊS

Decreto reduz desembolsos do PAC em R\$ 4,8 bilhões

Se realizar a totalidade dos pagamentos autorizados pelo Governo Federal para o primeiro quadrimestre de 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai desembolsar R\$ 4,8 bilhões a menos do que no mesmo intervalo de 2014. A queda (reflexo do estabelecimento de limites de gastos pelo Executivo) passa dos 23% em termos nominais e vai afetar principalmente os Ministérios das Cidades, responsável pelo Minha Casa, Minha Vida, e da Defesa, que usa mão de obra do Exército para tocar obras de infraestrutura.

Os números da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), ligada ao Ministério do Planejamento, mostram um desembolso total de R\$ 19,9 bilhões no primeiro quadrimestre do ano passado, ante os R\$ 15,1 bilhões autorizados pelo Decreto 8.412/2015. No Ministério das Cidades, que tem quase 90% das verbas do PAC atreladas ao programa Minha Casa, Minha

Vida, teve o teto de gastos estipulado em R\$ 6 bilhões, um recuo de 11% em relação aos R\$ 6,8 bilhões pagos no primeiro quadrimestre de 2014. O Ministério dos Transportes, também com fatia importante no PAC, foi preservado. De acordo com os dados da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), a pasta terá R\$ 4 bilhões do PAC entre janeiro e abril, queda de apenas 2,9% em relação aos pagamentos totais de igual período do ano passado. O Ministério toca, principalmente, obras de duplicação de rodovias e construção de ferrovias. (01.03.2015 - Baseado em Valor Econômico)



PAINEL

Aneel abre consulta pública sobre contratação do uso do sistema de transmissão para importação de energia elétrica

Aneel abriu Audiência Pública que tem como objetivo obter subsídios para alteração da Resolução Normativa nº 442, de 26 de julho de 2011, com vistas à alteração das condições de contratação do uso do sistema de transmissão para importação de energia elétrica, sob determinadas condições. As contribuições poderão ser encaminhadas até 3 de abril de 2015.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Governo aposta em dez ações para não racionar energia elétrica

O Governo Federal planeja pelo menos dez medidas para garantir o abastecimento de energia elétrica sem ter a necessidade de decretar um racionamento. Entre elas, estão a importação de energia de Argentina e Uruguai, o acionamento da térmica de Uruguaiana (RS), a energização da linha de transmissão que conectará a hidrelétrica de Teles Pires (MT) e do segundo linhão que liga o complexo hidrelétrico do Rio Madeira (RO) à Araraquara (SP). Também está nos planos do Governo Federal reduzir o critério de segurança do sistema de transferência de energia do Norte e Nordeste para o Sudeste. Na prática, a ideia é utilizar linhas de transmissão que funcionam de “backup” também para exportar energia da hidrelétrica de Tucuruí (PA) e de parques eólicos e usinas térmicas do Nordeste, o que poderá acrescentar cerca de 5 mil MW de energia para o Sudeste. A avaliação é que um corte compulsório do consumo de energia neste ano agravaria ainda mais as condições econômicas do país. A estratégia do Governo é fazer com que os reservatórios das hidrelétricas do país cheguem a pelo menos 30% de armazenamento médio no fim de abril, quando acaba o período úmido. Com isso, a estimativa é chegar em novembro com pelo menos 10% de estoque, o que, segundo o Governo, seria o limite operacional das hidrelétricas. A maior aposta do Governo é que a demanda vai cair 5% este ano, mais pelo recuo agressivo da atividade econômica do que pela ação de redução voluntária do consumo. (10.03.2015 - Baseado em Valor Econômico).

Comitê reduz risco de faltar luz no Sudeste e Centro-Oeste

O Governo Federal anunciou que o risco de faltar energia no Sudeste e Centro-Oeste caiu de 7,3%, no início de fevereiro, para 6,1% em março. O

índice foi divulgado após reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A melhora se deve ao aumento das chuvas ao longo do mês de fevereiro, depois de um janeiro em que a quantidade de água que chegou aos reservatórios das principais hidrelétricas do País foi a pior da série histórica de 85 anos. Mesmo assim, o índice de 6,1% supera o limite de risco admitido pelo sistema elétrico, que é de 5%. (09.03.2015 – Baseado em Folha de São Paulo).

PAINEL

Anatel abre consulta pública sobre a metodologia de aplicação de multas para obrigações de universalização

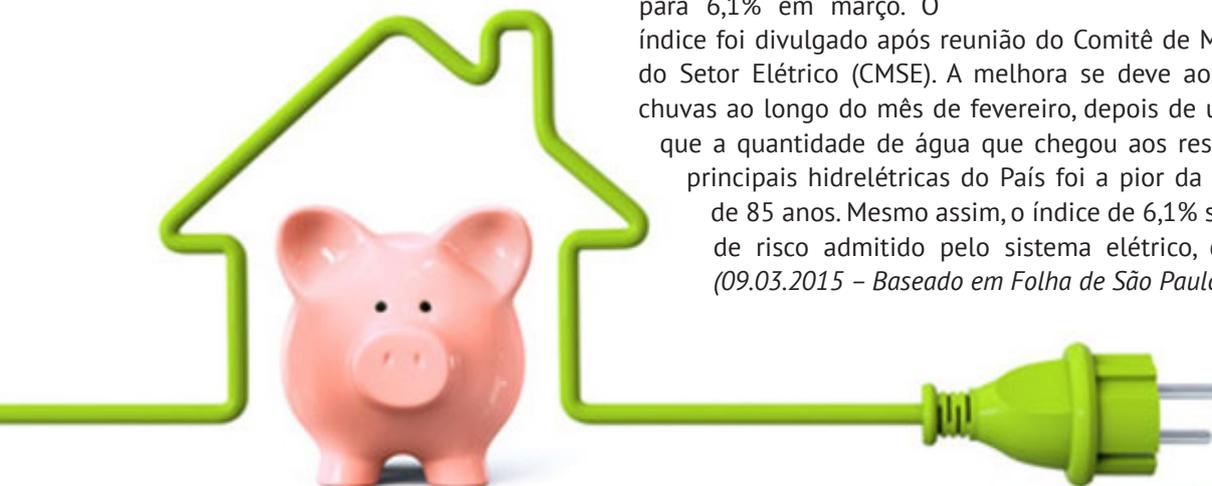
A Anatel abriu Consulta Pública com o objetivo de obter subsídios para a proposta de metodologias para cálculo da sanção de multa nos casos de obrigações associadas à universalização dos serviços de telecomunicações. As contribuições poderão ser encaminhadas até 1º de abril de 2015.

Saiba mais: www.anatel.gov.br

Anatel abre consulta pública sobre canalização e condições de uso de radiofrequências

A Anatel abriu Consulta Pública para obter subsídios para a alteração do regulamento sobre canalização e condições de uso de radiofrequências na faixa de 380 MHz a 400 MHz. As contribuições poderão ser encaminhadas até 1º de abril de 2015.

Saiba mais: www.anatel.gov.br



Renovação de arrendamentos portuários pode gerar R\$ 11,6 bilhões de investimentos

A Secretaria de Portos (SEP) deve aprovar até abril a antecipação da prorrogação do contrato de arrendamento do Tecon Santos, terminal de contêineres da Santos Brasil, no porto de Santos (SP). Em contrapartida, a Santos Brasil irá investir R\$ 3,1 bilhões. O mecanismo é previsto na nova Lei dos Portos e é condicionado à garantia de investimento pelo arrendatário. O processo da Santos Brasil é o mais adiantado dentre os 29 pedidos que estão no Órgão com capacidade combinada para atrair R\$ 11,6 bilhões. Somente empresas cujos contratos estão em vigor e têm cláusula de renovação válida por um único período ainda não usufruída podem solicitar a antecipação da segunda etapa do arrendamento. O instrumento é firmado via aditivo contratual. Como os navios têm crescido rapidamente, os terminais precisam se modernizar, mas os investimentos demandam tempo para serem amortizados, daí a necessidade de garantir a antecipação. O contrato do Tecon Santos é válido por 25 anos. Tendo sido firmado em 1997, vence em 2022, mas há cláusula de renovação pelo mesmo período. Além da Santos Brasil, estão em análise no Órgão, após aprovação técnica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), pleitos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no porto de Itaguaí (RJ); do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), em Paranaguá (PR); e da Copape Terminais e Armazéns Gerais, em Santos. (06.03.2015 - Baseado em Valor Econômico)



Infraero deve reduzir participação em novas concessões de aeroportos

Desde as concessões ocorridas em 2012 e 2013, a Infraero perdeu boa parte das receitas. Para 2015, a projeção é de déficit de R\$ 500 milhões.

Com problemas financeiros após as concessões de cinco dos mais importantes aeroportos do País, a Infraero deve ter participação societária reduzida nos futuros leilões de terminais. Aparentemente, a Estatal não tem caixa para manter a participação de 49% nas concessões como nos pregões anteriores. Desde as concessões ocorridas em 2012 e 2013, a Infraero perdeu boa parte das receitas. Para 2015, a projeção é de déficit de R\$ 500 milhões. A Estatal nunca teve como arcar com os recursos necessários para se tornar sócia dos aeroportos concedidos. Nas cinco concessões já realizadas, o Governo terá de repassar cerca de R\$ 1,6 bilhão para viabilizar injeções no capital social das empresas que administram os aeroportos. Esse dinheiro é necessário para fazer os investimentos previstos nos contratos de concessão. Pelo plano de negócios das concessionárias, a Estatal receberá dividendos dessas empresas, mas isso só deve ocorrer a partir de 2016. A Infraero ainda tem um programa grande de obras para cumprir nos aeroportos pelos quais ainda é responsável e também precisará de recursos para isso. (10.03.2015 - Baseado em Folha de São Paulo)

Governo quer transferir usina térmica pronta da Região Sul para a Região Sudeste

A termelétrica Uruguaiana, localizada no Rio Grande do Sul e operada pelo grupo AES Brasil, pode ser transferida para São Paulo ou Rio de Janeiro. O Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse que a medida está em estudo em razão da dificuldade no fornecimento de gás na região, que deixa a usina parada a maior parte do tempo, mas a decisão depende de estudos e de um cronograma de trabalho da empresa. O presidente da AES Brasil, Britaldo Soares, confirma que a empresa tem total abertura para fazer a mudança, mas existem alguns obstáculos a serem vencidos. O primeiro entrave é exatamente o fornecimento do gás. A AES, inclusive, está tentando fechar um contrato de garantia de fornecimento de gás para ter permissão de participar no próximo leilão de geração. Sem uma garantia firme de que terá o gás, a térmica correria o risco de enfrentar em novo endereço os velhos problemas. Inaugurada em dezembro de 2000 para operar com o gás comprado da Argentina, a térmica Uruguaiana parou de funcionar em 2009, quando o país vizinho interrompeu o fornecimento do insumo. Ficou cinco anos totalmente parada. De lá para cá, opera eventualmente quando há necessidade de maior oferta de energia em razão de seca. O outro obstáculo, segundo Britaldo, seria a escolha do lugar adequado e a obtenção da licença ambiental. Como os equipamentos são do final da década de 90, eles são mais poluentes que os equipamentos modernos. “Um equipamento mais novo tem parâmetros de emissão mais baixo, por isso, teremos de analisar bem onde poderíamos instalar a térmica.” Governo e empresa não têm ainda a estimativa do custo para a transferência da usina. O Ministro Braga acredita que ficaria abaixo de 10% do valor de Uruguaiana. O Executivo, no entanto, prefere não fazer previsões antes de um estudo atualizado. (09.03.2015 – Baseado em Estadão).

CTEEP pode voltar a leilões de linhas

A Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) estuda voltar a participar de leilões de linhas de transmissão e analisar possíveis aquisições de empresas do setor, se houver oportunidades. Desde a publicação da Medida Provisória 579, da Renovação das Concessões, em setembro de 2012, a empresa havia decidido não investir em novos projetos no País, enquanto não tivesse uma sinalização clara para receber as indenizações por investimentos não amortizados em ativos com contratos de concessão renovados. A Empresa espera que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tenha uma definição ainda em 2015 sobre a indenização a lhe ser paga por investimentos não amortizados em ativos antigos cuja concessão foi renovada. (02.03.2015 - Baseado em Valor Econômico)

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
De 15 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2019

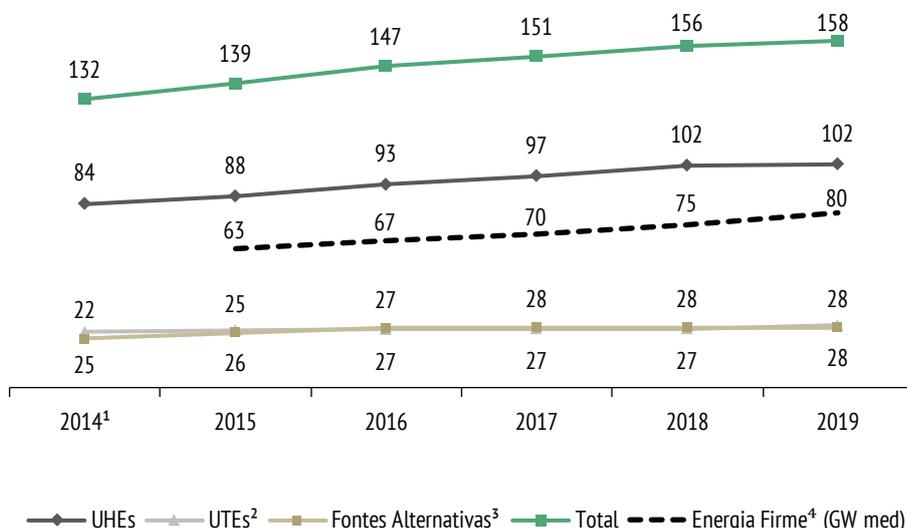
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	3.346	5.324	3.986	4.775	611	18.041
Otimista	3.346	5.331	3.986	4.775	611	18.049
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	639	437	350	0	1.405	2.831
Otimista	639	812	558	10	1.405	3.424
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	2.642	2.083	293	104	0	5.122
Otimista	2.919	5.478	2.402	2.627	134	13.559
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2015	2016	2017	2018	2019	Σ
Conservador	6.627	7.843	4.629	4.879	2.016	25.994
Otimista	6.903	11.621	6.945	7.411	2.150	35.031

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,3% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 35,0 mil MW no período 2015-2019. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,7% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador

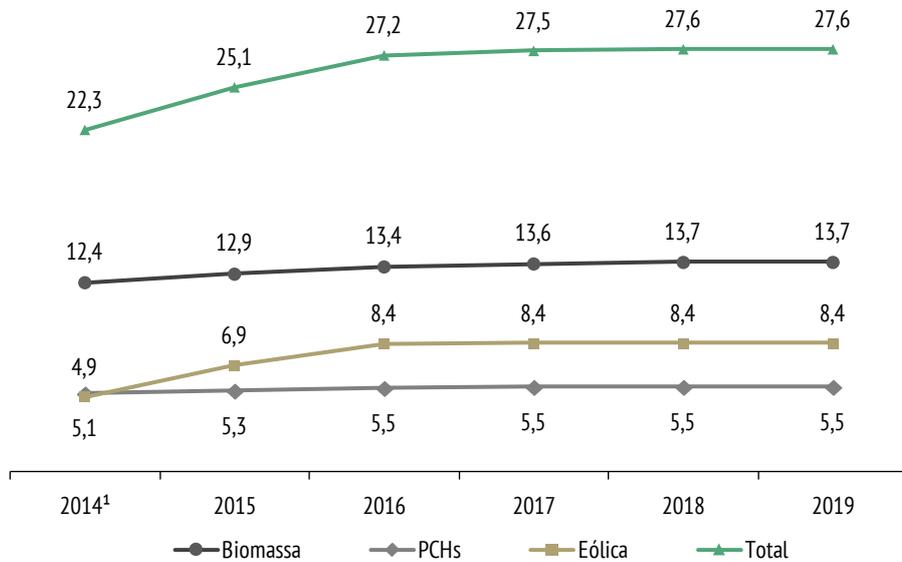


Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2015).

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
⁴ Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.²

* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2015, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,3% e 1,0%.

Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2014.

Entre 2014 e 2019, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 22% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 12% no mesmo período. Em dezembro de 2014, a participação das UHEs foi de 64% na matriz elétrica nacional e deve passar para 65% até 2019. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 19% em 2014 para 18% em 2019.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer no patamar de 9% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2019. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2019, passará de 4% para 5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 18 mil MW de UHEs até 2019, e a previsão conservadora prevê uma entrada similar no mesmo período. Em outras palavras, cerca de 100% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,4 mil MW até 2019. Cerca de 83% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 419 MW de potência adicional até 2019. Já no cenário otimista, até 2019, devem entrar em operação um total de 1,9 mil MW.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,3 mil MW até 2019. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,8 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 9,8 mil MW, apenas 34% da potência (3,4 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2019.

Segundo o Relatório Executivo do Programa Mensal de Operação de março deste ano, a integração dos sistemas isolados de Manaus e Macapá ao sistema interligado nacional foi idealizada por meio da conexão da usina de Tucuruí a esses centros urbanos. Licitada em 2008, essa interligação é crucial para a Região Norte, eis que possibilita o suprimento local de energia elétrica de origem hídrica e substitui a energia gerada por térmicas movidas a óleo combustível, que é atualmente paga por todos os consumidores de eletricidade do País, através do mecanismo financeiro da Conta de Consumo de Combustíveis.

A integração de Manaus ao sistema interligado ocorreu em setembro de 2013, ainda em base provisória. A configuração definitiva dessa ligação aguarda a conclusão das obras relativas a instalações em 230 kV. Já o sistema elétrico do Amapá se interligará ao restante do sistema a partir de abril do ano corrente. Para isso, resta somente a conclusão de obras sob responsabilidade da concessionária local.

Por outro lado, a expansão do parque gerador termelétrico de Manaus está programada para fevereiro de 2017, com a entrada em operação da nova usina Mauá 3, que de início operará em ciclo aberto com duas unidades a gás, cada uma com capacidade de 187,5 MW totalizando o aporte de 375 MW. Posteriormente, a partir de fevereiro do ano seguinte, essa nova usina operará em ciclo combinado pleno, com entrada em operação da terceira unidade, de 208 MW de potência. A central terá capacidade total de 583 MW.

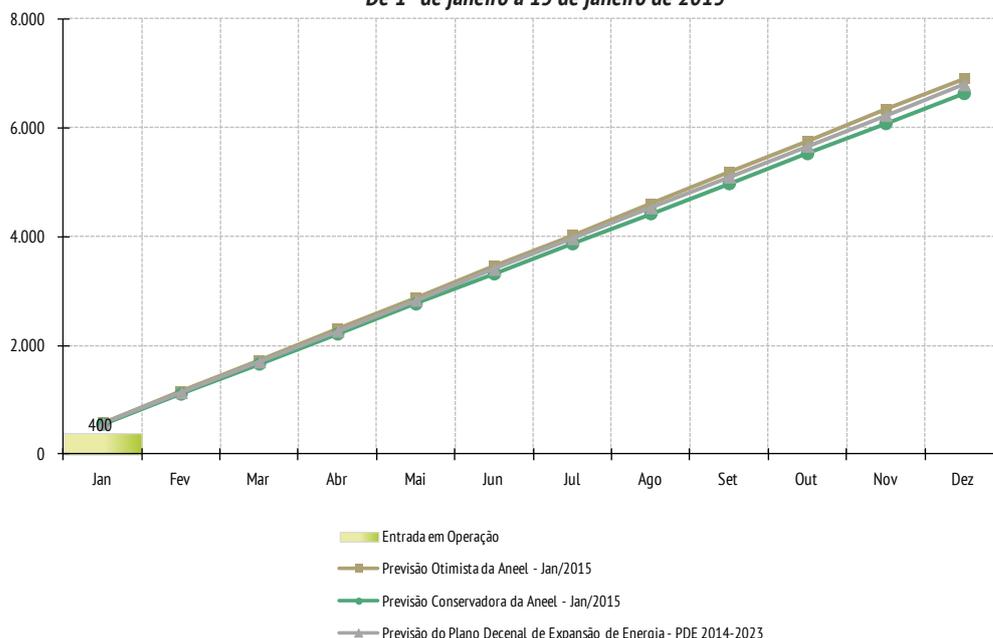
O sistema de transmissão da Região Norte atende aos Estados do Pará, Maranhão, Tocantins, parte do Estado do Amazonas e às cargas industriais eletro-intensivas do Pará, de Carajás e do Maranhão. Esse sistema é suprido quase inteiramente pela usina de Tucuruí. Durante o período seco recebe energia do Sudeste/ Centro-Oeste e do Sul por meio da Interligação Norte-Sudeste/ Centro-Oeste. No período úmido, os excedentes de energia da Região Norte são enviados tanto para o Nordeste como para as demais Regiões. Essa malha compreende 12.000 km em 500 kV e 3.200 km em 230 kV, além de 300 km operando em 138 kV e 69 kV.

A partir de 2016, com a entrada em operação da interligação Boa Vista-Manaus, o Estado de Roraima passará a ser suprido pelo sistema interligado. Prevê-se que em 2023 a carga da Região Norte corresponderá a cerca de 10% da carga do País. É o que consta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2023, de dezembro de 2014, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

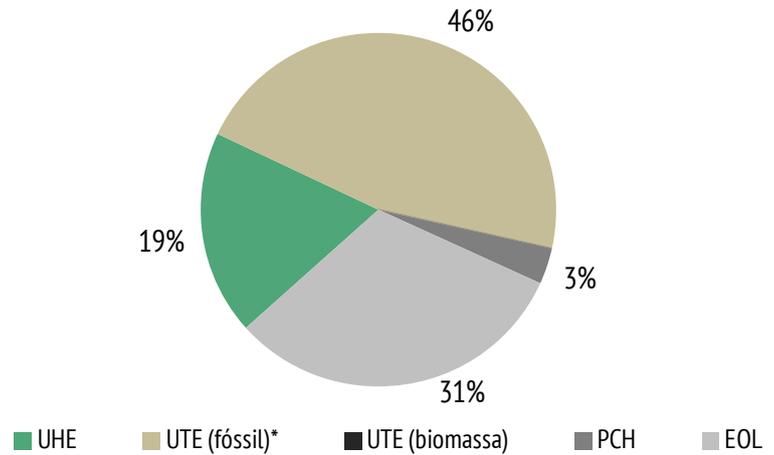
Expansão da Capacidade de Geração em 2015 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de janeiro de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2015, até 15 de janeiro, entraram em operação 400 MW. Desse total, as UHEs representaram 19% da potência total que entrou em operação totalizando 75 MW. As EOL representaram 31% totalizando 126 MW. As UTEs fósseis representaram 46% da capacidade instalada no período, enquanto não houve entrada em operação de UTEs a biomassa no período. As PCHs até o período representaram apenas 3% da capacidade instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de janeiro de 2015



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em janeiro de 2015, 40.660 GWh, apresentando um valor 1% superior ao observado em janeiro de 2014.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.822 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2014. O consumo industrial de energia elétrica representou 34% do total de energia elétrica consumida em janeiro de 2015.

Neste início de ano manteve-se a tendência de queda do consumo de energia que se observa desde o 2º trimestre do ano passado. O setor de alumínio continua com nível de produção baixo, repercutindo no consumo de energia. Em adição, setores como o químico, têxtil e de produção de borracha e material plástico, entre outros, vêm sendo impactados pelo panorama econômico e, no caso da indústria paulista, também pela crise hídrica. Em contrapartida, destaca-se o crescimento do consumo no setor extrativo de minerais metálicos que apresentou expansão de 25% no consumo de energia elétrica.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Janeiro	Janeiro	Var.
	2014	2015	%
Residencial	11.779	12.502	6
Industrial	14.506	13.822	-5
Comercial	7.733	8.049	4
Outras	6.193	6.287	2
Total	40.211	40.660	1

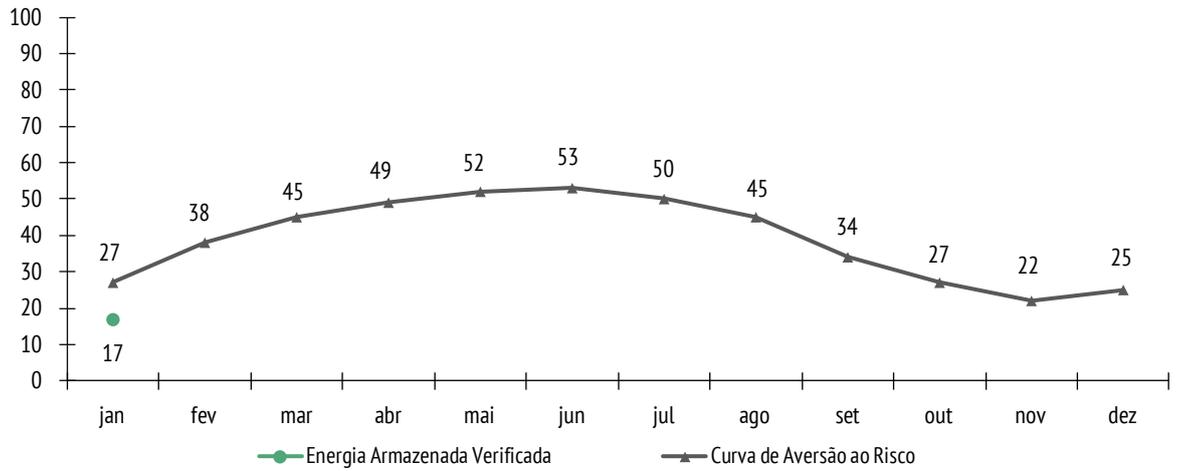
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

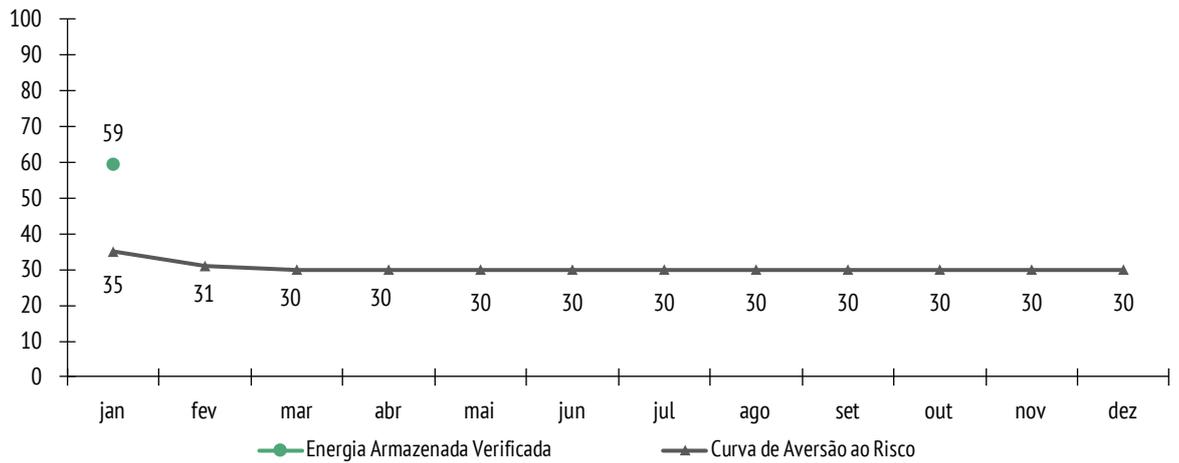
As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em janeiro de 2015, a energia armazenada permaneceu significativamente baixa nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 17%. Na Região Sul a energia armazenada subiu para 59%, na Região Nordeste também houve aumento e agora está acima da CAR (16%) e na Região Norte está em 35%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

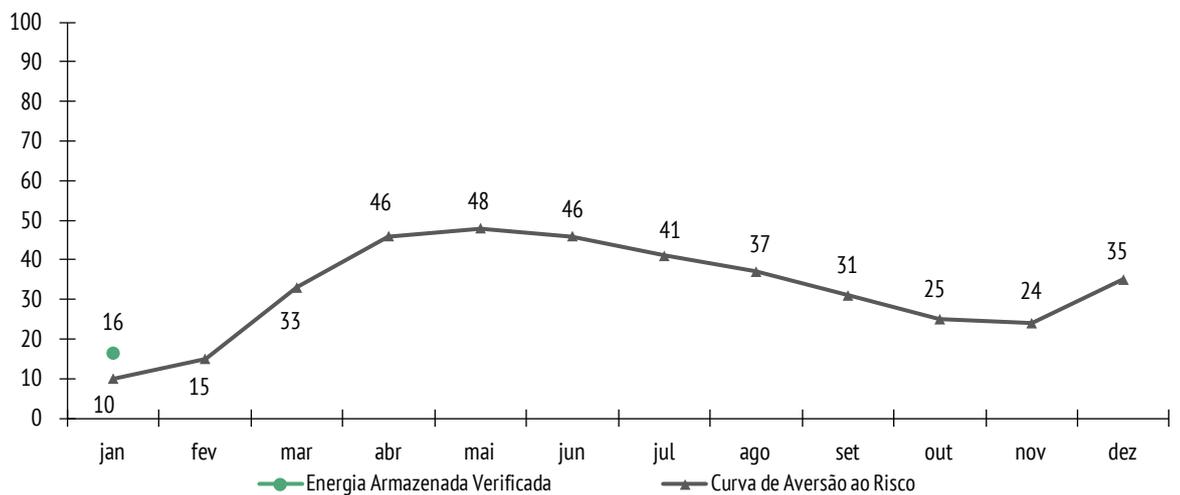
Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sudeste e Centro-Oeste (%)



Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Sul (%)



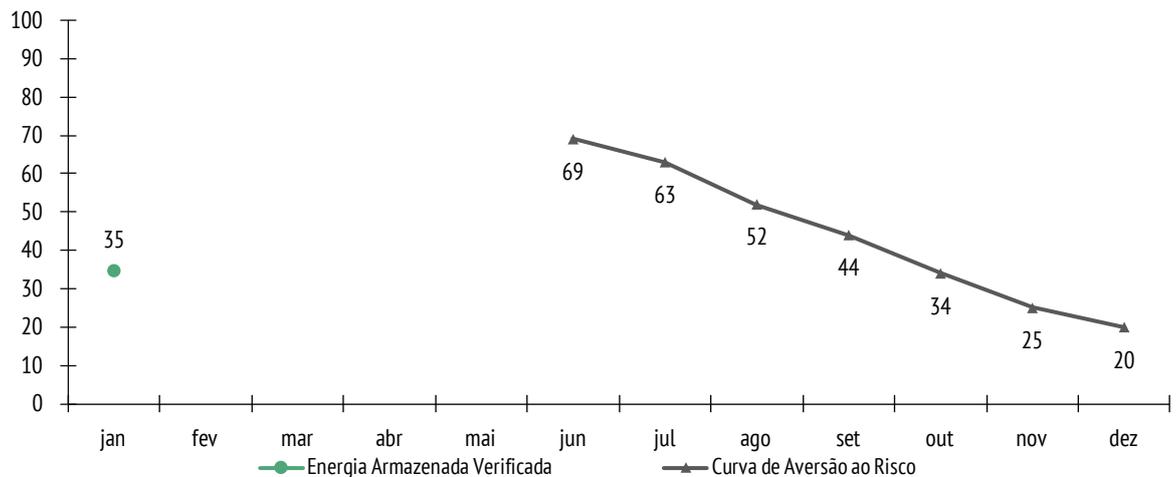
Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015
Nordeste (%)



Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2015 Norte* (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

*A Curva Bianaual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2015, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 30,26 e R\$ 388,48/MWh.

Na quarta semana de fevereiro de 2015, o PLD atingiu o valor de R\$ 388,48/MWh em todas as Regiões para todas as cargas, o valor máximo para 2015.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Semana 4 - Fevereiro 2015 (Período: 21/02/2015 a 27/02/2015)**

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	388,48	388,48	388,48	388,48
Média	388,48	388,48	388,48	388,48
Leve	388,48	388,48	388,48	388,48

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de fevereiro de 2015 apresentou um PLD de R\$ 388,48/MWh. Esse valor é cerca de metade do valor observado em fevereiro de 2014 no mercado atacadista com exceção do mercado na região Norte.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)
Mensal**

Região	Fevereiro	Fevereiro	Variação (%)
	2014	2015	
Sudeste/Centro-Oeste	822,83	388,48	-52,79
Sul	822,83	388,48	-52,79
Nordeste	755,90	388,48	-48,61
Norte	452,44	388,48	-14,14

Fonte: Elaboração própria com dados daCCEE

2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de janeiro de 2015, foi de 79 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 20% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior.

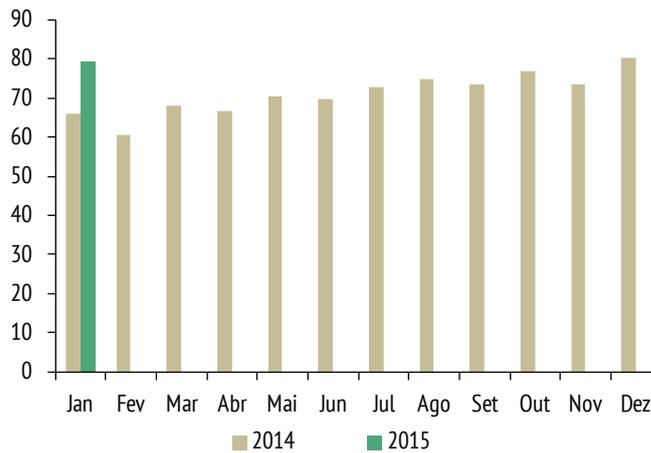
O grau API médio do petróleo produzido em janeiro de 2015 foi de aproximadamente 24,7°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior

ou igual a 31°API), 57% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 34% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em janeiro de 2015, foi de 59 milhões bep. Esse volume foi 6% inferior ao observado em janeiro de 2014.

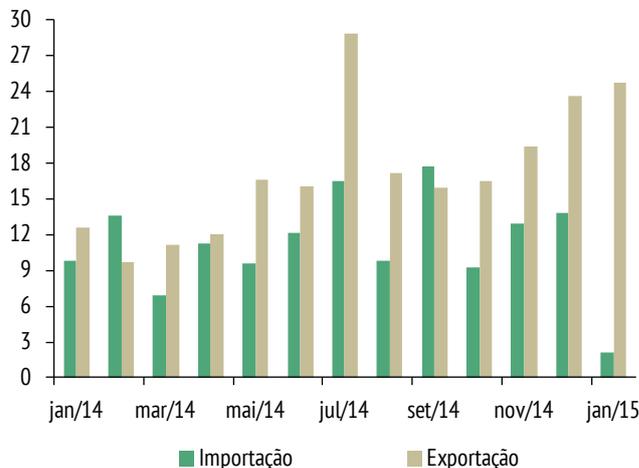


Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



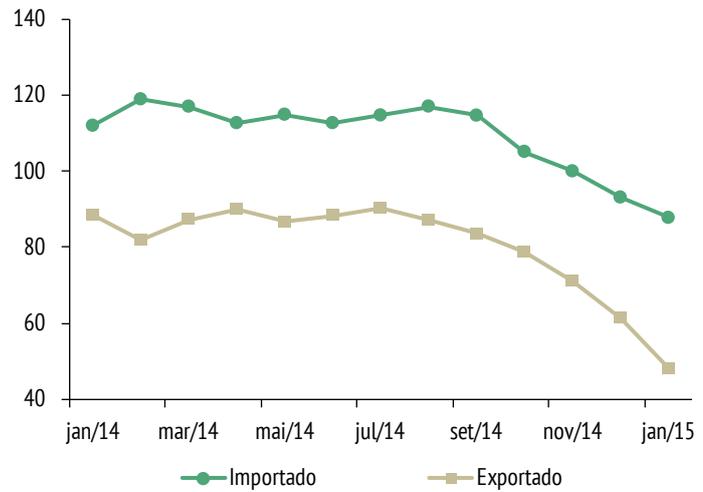
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



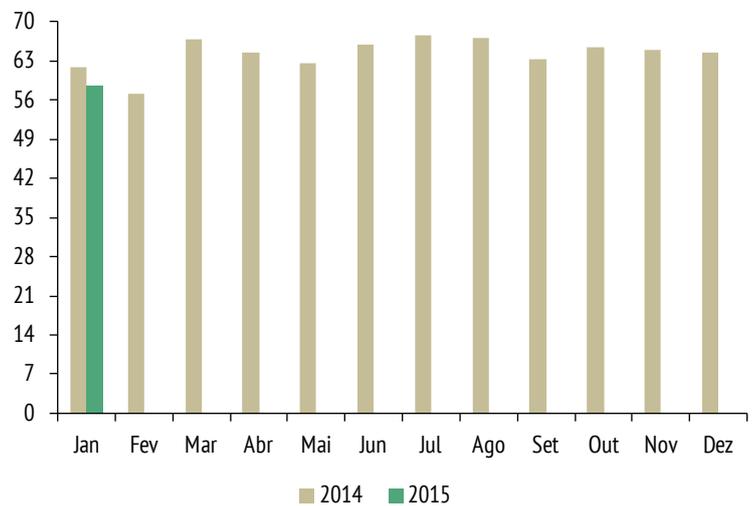
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em janeiro de 2015, foi de 25 milhões de bep, o o dobro do volume exportado em janeiro de 2014.

O preço médio do petróleo importado pelo país, em janeiro de 2015, foi de US\$ 87,73/barril, valor 22% inferior ao observado em janeiro de 2014.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**

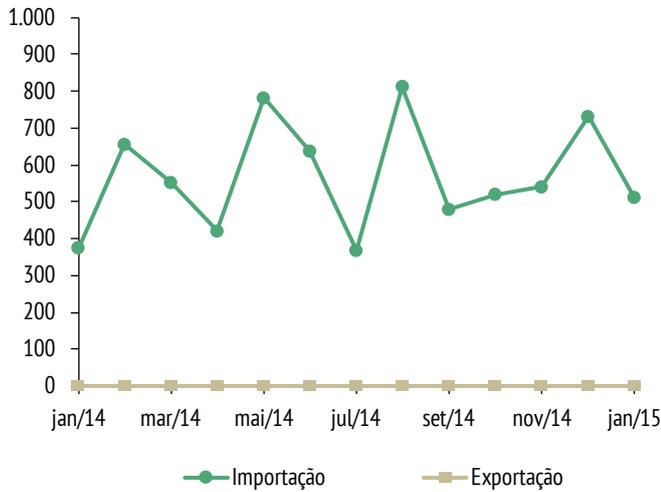


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Em janeiro de 2015, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 5% inferior ao produzido em janeiro de 2014.

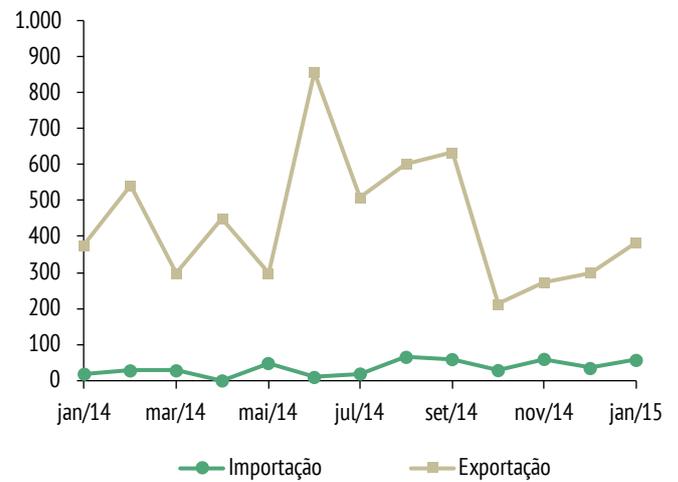
A importação de derivados de petróleo, em janeiro de 2015, foi de 14 milhões bep, valor 18% inferior ao registrado em janeiro do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

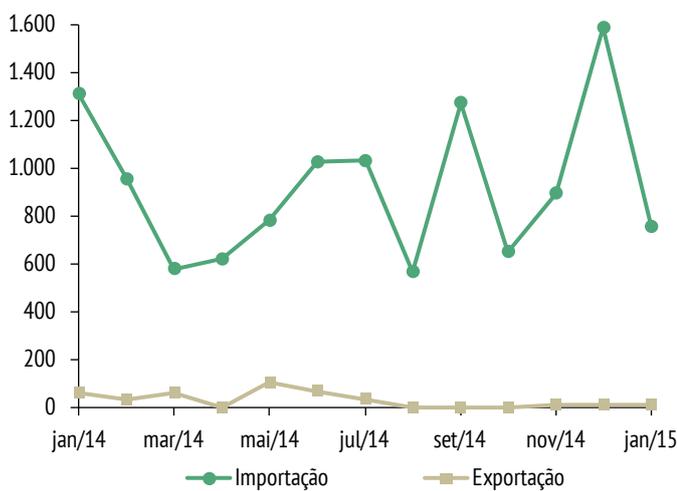
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

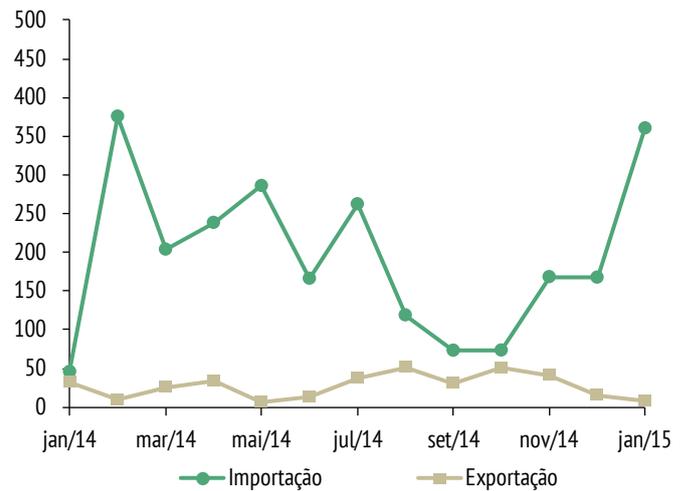
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em janeiro de 2015, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 2% inferior ao observado no mesmo mês de 2014.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em janeiro de 2015, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 25% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 16 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 63 milhões de bep. Em janeiro de 2014, a dependência externa foi positiva em 9%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Janeiro/2014	Janeiro/2015
Produção de Petróleo (a)	66	79
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-3	-23
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	7
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	72	63
Dependência Externa (e)=(d-a)	7	-16
Dependência Externa (e)/(d)	9%	-25%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em janeiro de 2015, apresentou saldo positivo de US\$ 267 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 267 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 994 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Janeiro/2014	Janeiro/2015
Petróleo		
Receita com exportação (a)	1.111	1.189
Dispêndio com importação (b)	1.098	190
Balança Comercial (c)=(a-b)	13	999
Derivados		
Receita com exportação (d)	767	477
Dispêndio com importação (e)	1.774	1.209
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.007	-732
Petróleo e Derivados		
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.878	1.665
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.872	1.399
Balança Total (i)=(g)-(h)	-994	267

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

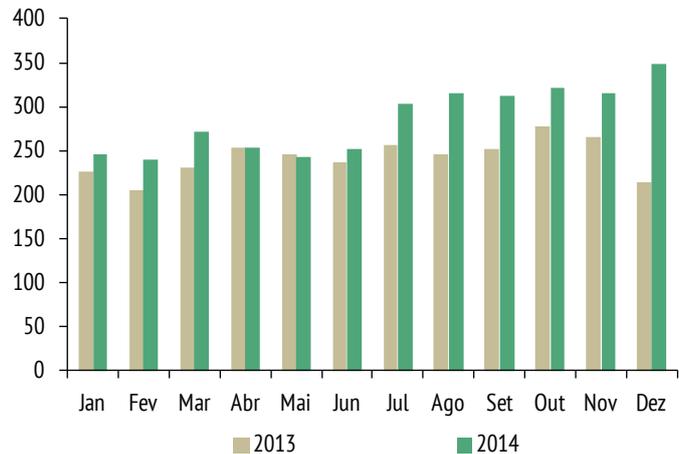
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

Até o fechamento desta edição, a ANP não havia atualizado os dados sobre produção de biodiesel. Seguem as últimas informações disponíveis. A produção nacional de biodiesel, em dezembro de 2014, foi de 348 mil m³, montante 62% superior ao produzido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 7% superior.

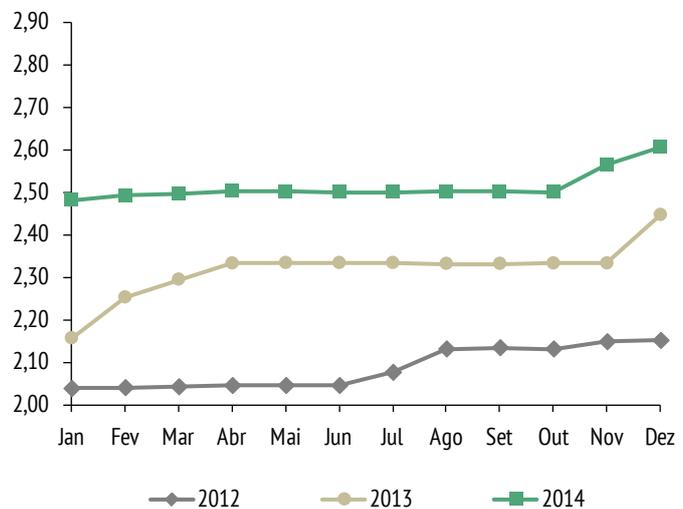
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em dezembro de 2014, foi de R\$ 2,61/ℓ, valor 12% superior ao observado em dezembro de 2013.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2014/2015 produziu, até o dia 31 de janeiro de 2015, 28.076 mil m³ de álcool, sendo 16.588 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2013/2014, houve um aumento de 5% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool hidratado.

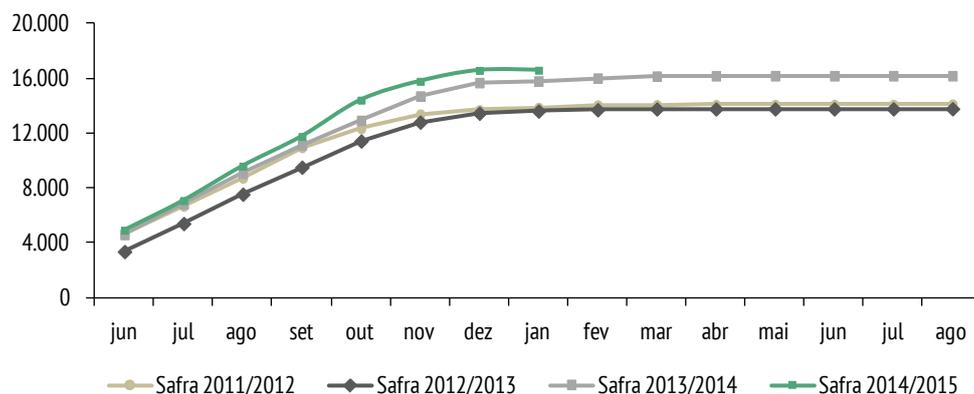
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de janeiro de 2015, produziu-se 34 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2013/2014.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2013/2014 (até 31 de janeiro de 2014)	Safra 2014/2015 (até 31 de janeiro de 2015)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.564	11.488	-1
Álcool Hidratado (mil m ³)	15.802	16.588	5
Total Álcool (mil m³)	27.366	28.076	3
Açúcar (mil ton)	36.539	34.406	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

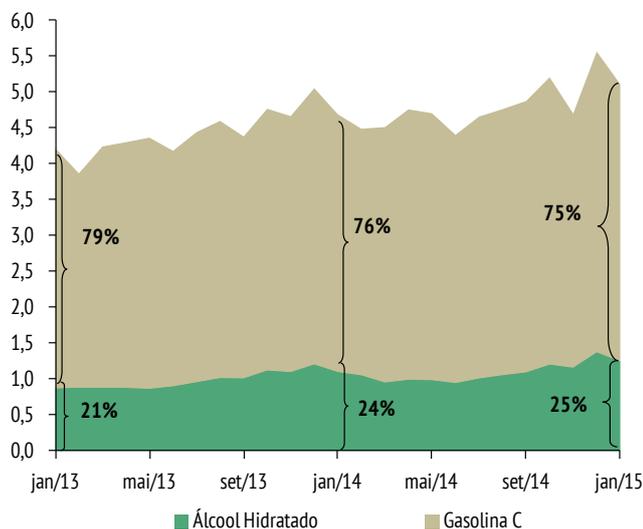
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.251 mil m³ em janeiro de 2015. Esse número representa um aumento de 13% em relação ao volume vendido em janeiro de 2014.

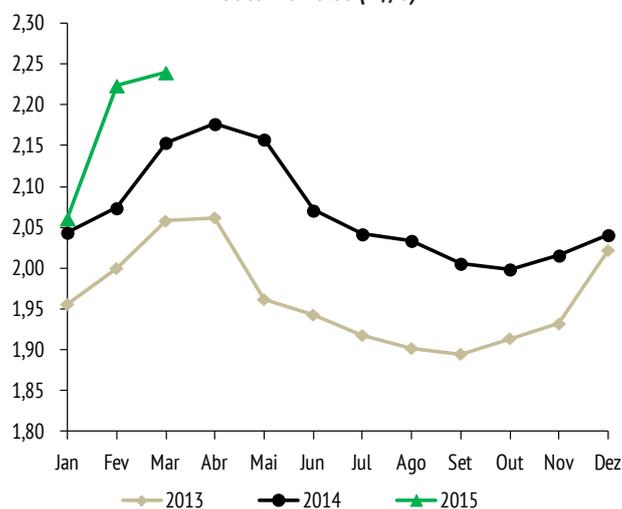
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 25% do universo de vendas do álcool e da gasolina em janeiro de 2015. Essa participação foi 1 ponto percentual superior ao observado em janeiro de 2014.

Em janeiro de 2015, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,06/ℓ, valor 1% superior ao registrado em janeiro de 2014.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



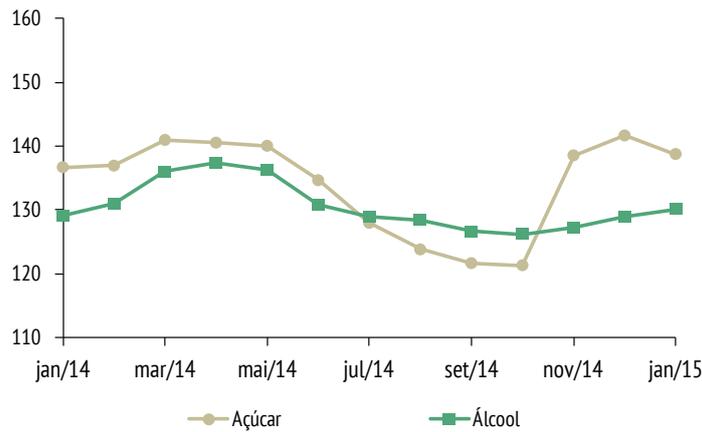
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(jan/07 = 100)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em janeiro de 2015, foi de 97 milhões m³, representando um aumento de 20% comparado à média verificada em janeiro de 2014.

A importação de gás natural realizada pelo País, em janeiro de 2015, foi de 75 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 134 milhões m³/dia. Este montante é 50% superior ao observado em janeiro de 2014.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 38% em janeiro de 2015. Em janeiro de 2014, essa proporção havia sido de 37%.

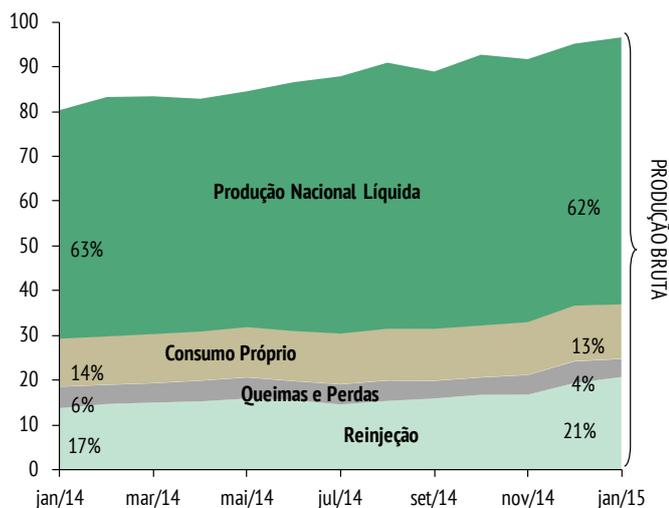
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Janeiro/2014	Média em Janeiro/2015	Variação (%)
Produção Nacional¹	80.356	96.559	20%
- Reinjeção	13.731	20.722	51%
- Queimas e Perdas	4.792	4.044	-16%
- Consumo Próprio	10.837	12.250	13%
= Produção Nac. Líquida	50.996	59.543	17%
+ Importação	38.365	74.795	95%
= Oferta	89.361	134.339	50%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.

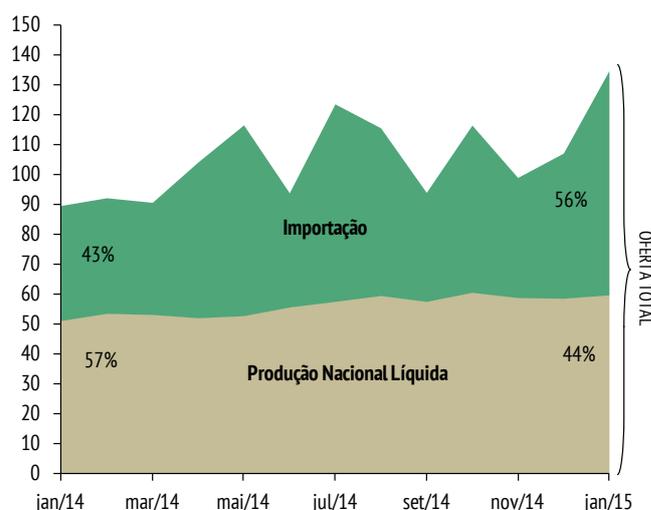
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural
(milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural
(milhão m³/dia)



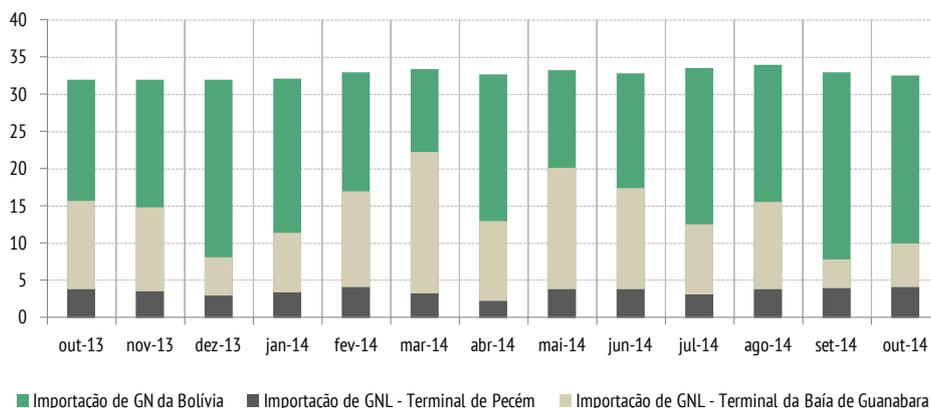
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição, o MME não havia disponibilizado os dados sobre a importação média de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em outubro de 2014, foi de 33 milhões de m³/dia, volume 2% superior ao observado no mesmo mês de 2013. Em outubro de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 19 milhões m³/dia, volume 20% superior ao montante observado em outubro de 2013.

Importação média de Gás Natural (MME)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

Até o fechamento desta edição, a ABEGÁS não havia disponibilizado os dados sobre consumo de gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O consumo de gás natural no país em dezembro de 2014 foi, em média, de 78 milhões de m³/dia. Essa média é 29% superior ao volume médio diário consumido em dezembro de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação 13% superior ao observado em 2013.

O setor industrial, em dezembro de 2014, consumiu 27 milhões de m³/dia de gás natural, sendo um valor 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial de gás natural apresentou uma variação de 1% superior ao observado de janeiro a dezembro de 2013.

O setor industrial foi responsável por 35% do consumo de gás natural em dezembro de 2014. A geração elétrica foi o primeiro setor em consumo, responsável por 45% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição, o MME não havia disponibilizado os dados sobre o preço do gás natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em outubro de 2014, foi de US\$ 15,89/MMBTU, valor é 5% inferior ao observado em outubro de 2013 (US\$ 16,73/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte. Em outubro de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,78/MMBTU, valor 11% superior ao apresentado em outubro de 2013 (US\$ 3,68/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

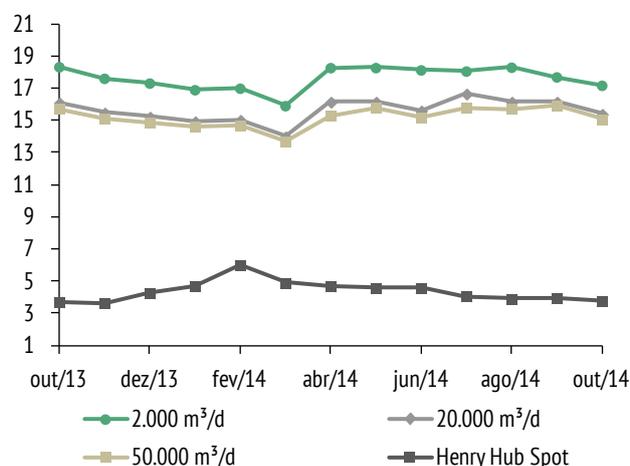
Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Dezembro/2014	Jan-Dez/2014	Dez-2014/Dez-2013	Acumulado no Ano
Industrial	27.253	28.517	4	1
Automotivo	5.085	4.965	-5	-3
Residencial	970	971	2	-3
Comercial	805	764	1	2
Geração Elétrica	34.998	33.588	49	28
Co-geração*	2.735	2.569	17	4
Outros	6.555	4.632	269	33
Total	78.401	76.006	29	13

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

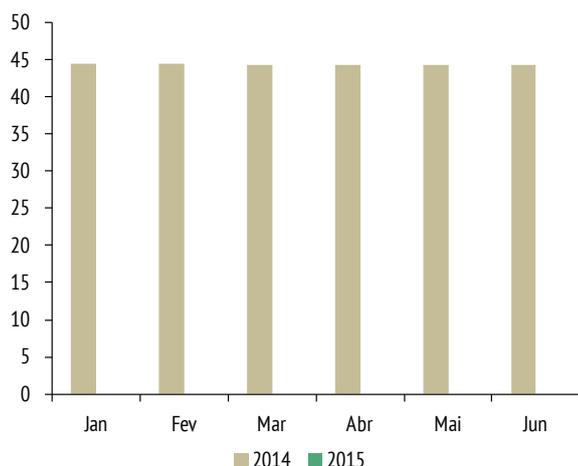
5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço.

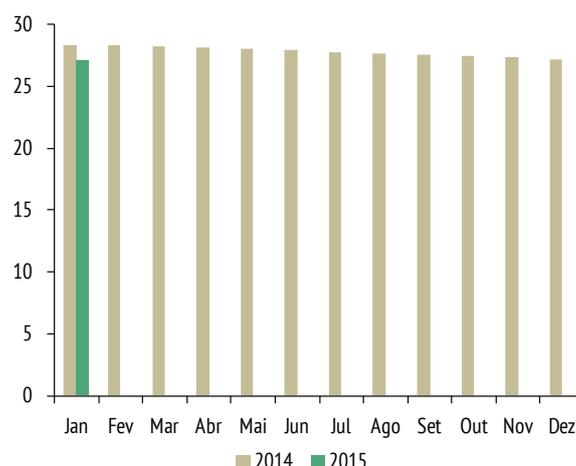
O total de acesso instalados não é atualizado desde junho de 2014 e não teve alteração significativa ao longo do período analisado, permanecendo em 44 milhões de acessos. O total de acesso fixos em serviço alcançou 27 milhões em janeiro de 2015, valor 5% inferior ao registrado em janeiro de 2014.

**Acessos Fixos Instalados
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

**Acessos Fixos em Operação
(milhões)**



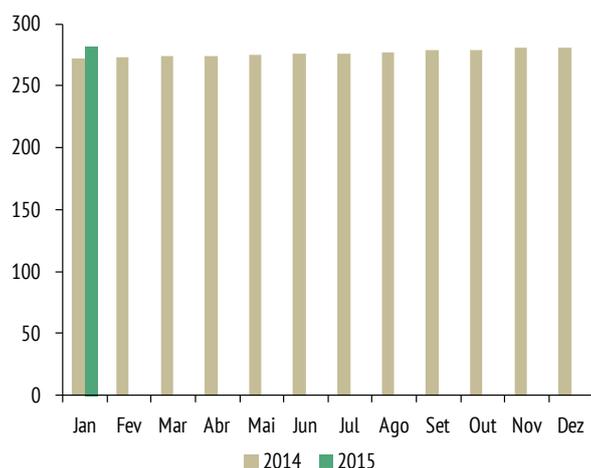
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em janeiro de 2015 foi de 282 milhões, montante 3% superior ao observado no mesmo período de 2014.

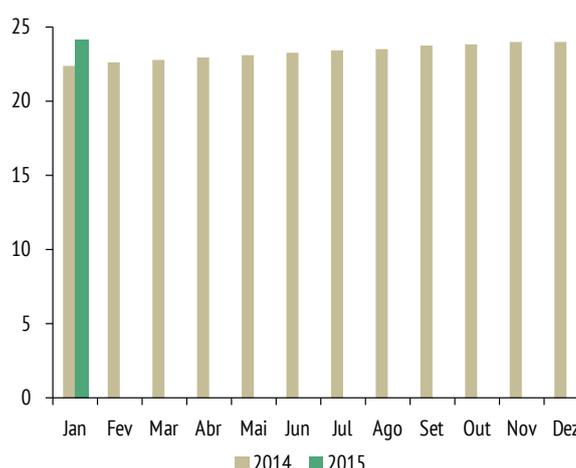
Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 8% se compararmos com os valores de janeiro de 2014. Neste último mês tivemos aproximadamente 24 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 22 milhões.

**Evolução do Total de Acessos Móveis
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

**Evolução do Total de Acessos Fixo
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Jan/2015	Jan/2014	Jan-2015 / Jan-2014
Granel Sólido (a)	41.062	39.967	3%
Portos Públicos	12.997	12.946	0%
TUPs	28.065	27.021	4%
Granel Líquido (b)	18.099	18.566	-3%
Portos Públicos	4.680	3.993	17%
TUPs	13.419	14.573	-8%
Carga Geral Solta (c)	11.552	10.382	11%
Portos Públicos	6.910	6.551	5%
TUPs	4.642	3.831	21%
Total (a+b+c)	70.712	68.916	3%
Portos Públicos	24.587	23.491	5%
TUPs	46.125	45.425	2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (96 instalações).

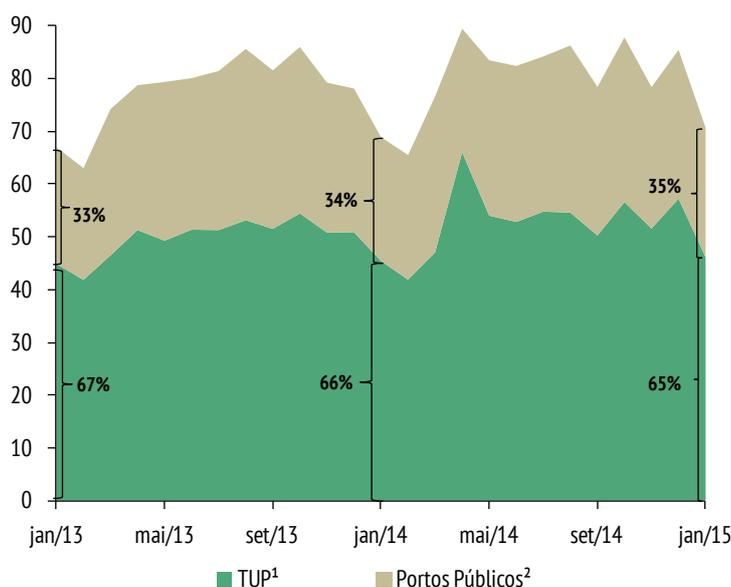
Portos públicos (33 instalações).

Em janeiro de 2015, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 3% em relação a janeiro de 2014. A movimentação de granel líquido foi 3% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral apresentou expansão de 11%.

Os TUPs representaram 65% da movimentação total de carga nos portos e terminais em janeiro de 2015. A movimentação total nos TUPs foi de 46.215 mil toneladas, volume 2% superior ao observado em janeiro de 2014. Os portos públicos movimentaram 24.587 mil toneladas, volume 5% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em janeiro de 2015 foi de 715 mil TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 9% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

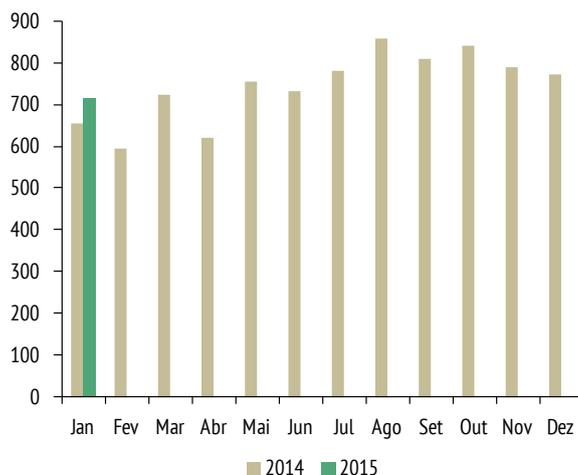


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (97 instalações).

² Portos públicos (32 instalações).

Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

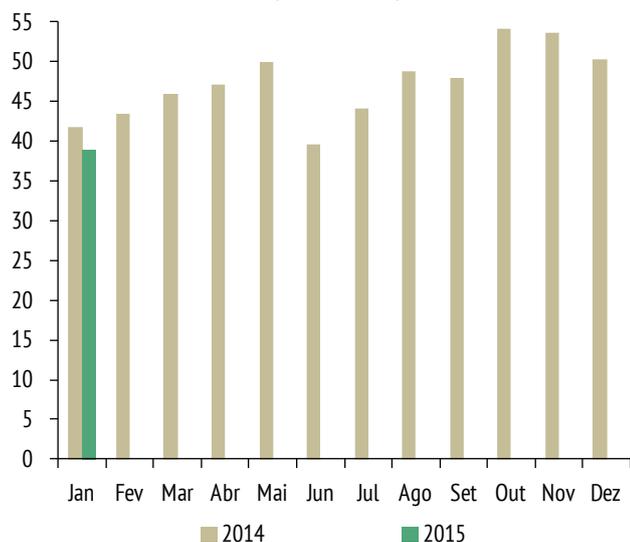
6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em 2014 passou a divulgar os dados mensais de movimentação de passageiros e carga paga nos aeroportos brasileiros.

A movimentação de passageiros pagos em janeiro de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 10,0 milhões de passageiros, valor 8% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de janeiro de 2015.

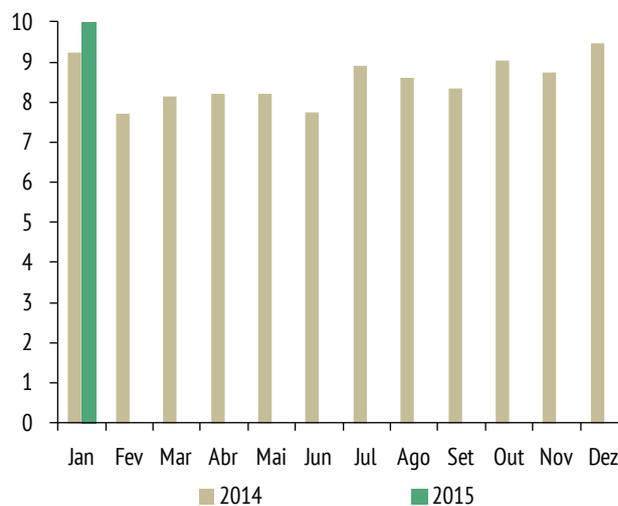
A movimentação de carga aérea total no País em janeiro de 2015, somando mercado nacional e internacional, foi de 39 mil toneladas, montante 7% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 64% do total de cargas movimentado no período.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2015, foi de 38 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao observado no mesmo período de 2014. A movimentação de soja e farelo de soja foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (26%), enquanto a carga geral não contêinerizada apresentou a maior retração (-39%). O minério de ferro correspondeu a 80% do total movimentado em janeiro de 2015.

Movimentação de mercadorias nas ferrovias

Ano	2015	2014	Variação (%)
Mercadoria	Janeiro (mil TU)	Janeiro (mil TU)	acum-15/ acum-14
Minério de Ferro	30.610	28.835	6
Produção Agrícola (exceto soja)	1.654	1.682	-2
Soja e Farelo de Soja	1.393	1.103	26
Indústria Siderúrgica	922	934	-1
Carvão/Coque	851	696	22
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	677	711	-5
Grãos Minerais	502	471	7
Extração Vegetal e Celulose	480	648	-26
Adbos e Fertilizantes	283	233	21
Conteiner	282	317	-11
Indústria Cimenteira e Construção Civil	211	253	-17
Cimento	194	231	-16
Carga Geral - Não Contein.	12	20	-39
Total	38.071	36.132	5

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em janeiro de 2015, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 55 milhões de toneladas, volume 1% superior ao averiguado em janeiro de 2014. As exportações totalizaram 41 milhões de toneladas, 77% do total.

O modal marítimo respondeu por 94% do total movimentado, seguido pelo modal fluvial (2%) e rodoviário (1%).

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)
	Jan/2014	Jan/2015	Jan-2015 / Jan-2014
Marítimo	51.382	51.618	0
Fluvial	941	1.318	40
Aéreo	115	100	-13
Ferrovário	46	30	-36
Rodoviário	792	754	-5
Outros*	953	1.004	5
Total	54.230	54.825	1

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

Desembolso mensal BNDES

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o BNDES não havia disponibilizado os indicadores de desembolso na área de infraestrutura de dezembro 2014. Seguem as últimas informações disponíveis. Em novembro de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4,8 bilhões, valor 2% superior ao aportado em novembro de 2013.

Setor	Novembro/2013 R\$ milhão	Novembro/2014 R\$ milhão	Varição (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	296	230	-22	5
Energia Elétrica e Gás Natural	1.369	1.489	9	31
Saneamento	118	180	52	4
Telecomunicações	84	150	79	3
Transporte	2.783	2.707	-3	57
Aéreo	4	1	-76	-
Aquaviário	224	50	-78	-
Terrestre	2.555	2.656	4	-
Total Infraestrutura	4.651	4.758	2	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

Até o fechamento desta edição, o orçamento da União não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional. As informações descritas representam apenas o registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e estão sujeitas a alterações.

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 2,7 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 27 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 1% do orçamento total de 2015.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o segundo maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 4,6 bilhões o que representa 40% da dotação total do órgão. Em 2015, o órgão com maior orçamento de investimentos é o Ministério da Defesa com R\$ 5,3 bilhões.

Do orçamento de investimentos da União para 2015, foram empenhados, até 28 de fevereiro, R\$ 1,1 bilhão, cerca de 4% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R\$ 114 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 68 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 6,7 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 4,6 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2015, foram empenhados R\$ 528 milhões (12% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 14 milhões até 28 de fevereiro. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca R\$ 12 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 1,7 bilhão.

Cerca de 74% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 3,4 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 821 milhões, ou 18%), hidroviário (R\$ 110 milhões) e outros (R\$ 262 milhões). A modalidade portuária apresenta restos a pagar pagos no total de R\$ 8 milhões até dia 28 de fevereiro.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2015, cerca de R\$ 1,9 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 71,0 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2015.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 13% foram pagos até 28 de fevereiro de 2015 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 8% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Até o fechamento desta edição, o orçamento da União não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional. As informações descritas representam apenas o registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e estão sujeitas a alterações.

Para 2015, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 23,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 33% no Ministério das Cidades (R\$ 7,8 bilhões) e 20% no Ministério dos Transportes (R\$ 4,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 537 milhões (2% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 15 milhões até 28 de fevereiro de 2015. Foram pagos R\$ 13 milhões do orçamento de 2015 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 7,5 bilhões no mesmo período. Ainda restam R\$ 54,9 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	520	0	0	0	0	0	0	54	54	447
MAPA	235	0	0	0	0	0	0	67	67	550
MCTI	289	0	0	0	0	0	0	112	112	513
MDIC	75	0	0	0	0	0	0	11	11	34
MME	30	0	0	0	0	0	0	18	18	18
M. Transportes	4.565	528	12	14	0	12	0	1.663	1.675	5.386
M. Comunicações	23	0	0	0	0	0	0	1	1	46
MMA	77	0	0	0	0	0	0	8	8	8
MDA	325	0	0	0	0	0	0	81	81	464
M. Defesa	5.324	13	0	0	0	0	0	771	771	1.309
M. Int. Nacional	1.588	2	0	0	0	0	0	750	750	3.307
M. das Cidades	2.621	0	0	0	0	0	0	864	864	11.451
Outros**	11.674	563	5	100	1	55	0	2.188	2.243	19.857
Total	27.345	1.108	4	114	0	68	0	6.588	6.656	43.391

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2015
Investimentos - Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2015*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	821	54	7	13	2	12	1	107	119	1.125
Hidroviário	110	0	0	0	0	0	0	5	5	400
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	8	8	8
Rodoviário	3.372	466	14	0	0	0	0	1.496	1.496	8.776
Outros	262	8	3	1	0	0	0	48	48	507
Total	4.565	528	12	14	0	12	0	1.663	1.675	10.815

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2015

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2015* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.863	0	1.535	327
União	8.859	1	2.938	5.919

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2015*

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.705	90	128	10.488
União	71.029	566	3.440	67.023

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2015
PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 28/02/2015*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.234	0	0	0	0	0	0	378	378	1.186
M. Planejamento	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	40	40	306
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
M. Fazenda	27	0	0	0	0	0	0	0	0	160
MEC	2.327	0	0	0	0	0	0	477	477	8.345
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
M. Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
M. Minas e Energia	36	2	4	1	2	0	0	36	36	144
M. Saúde	1.001	0	0	0	0	0	0	92	92	2.940
M. Transportes	4.621	530	11	14	0	12	0	1.726	1.738	10.896
M. Comunicações	330	0	0	0	0	0	0	0	0	37
M. Cultura	57	4	6	0	0	0	0	21	21	357
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	133	0	0	0	0	0	0	0	0	27
M. Esporte	503	0	0	0	0	0	0	116	116	1.350
M. Defesa	4.116	0	0	0	0	0	0	431	431	1.867
M. Integr. Nacional	1.365	1	0	0	0	0	0	678	678	4.085
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	39	39	1.614
M. Desenv. Social	102	0	0	0	0	0	0	18	18	539
M. Cidades	7.769	0	0	0	0	0	0	3.404	3.404	20.981
Total	23.619	537	2	15	0	13	0	7.456	7.468	54.857

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela. * Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.